



RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Ministério Público
do Estado do Piauí

Julho de 2019 a Julho de 2021

SUMÁRIO

Mensagem da PGJ.....	3
Planejamento estratégico	4
Atendimento à sociedade.....	7
Produtividade.....	8
Enfrentamento do crime organizado.....	9
Resultados para a sociedade.....	10
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
• Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público • Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas • Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional • Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial • Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social • Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos	
Processos integradores.....	14
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
• Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados • Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação	
Aprendizado e crescimento.....	16
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
• Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários • Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada • Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional • Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho • Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras	
Atuação dos Órgãos Superiores.....	22
Reconhecimento.....	23
Principais ações e metas alcançadas do Plano de Gestão 2019-2021.....	25
Linha do tempo após decretação da pandemia	
Projetos (PGA 2020-2021).....	44

Mensagem DA PGJ

É com sentimento de grande alegria que apresentamos o Relatório de Gestão Institucional referente ao biênio julho/2019-julho/2021, correspondente ao mandato que cumpri como Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

Nosso plano de gestão balizava-se sobretudo no planejamento e na inovação, com foco nos resultados para a sociedade. Em poucos meses, nossa equipe foi surpreendida pela pandemia da Covid-19, que reconfigurou cenários e demandou o desenvolvimento de novas habilidades e de novos instrumentos para compreensão do mundo e das relações.

A partir de um trabalho conjunto e colaborativo, reinventamos nossas diretrizes e projetos para atender aos desafios que se apresentaram nesse período.

Destacamos aqui algumas das principais conquistas obtidas, em sintonia com os objetivos do Mapa Estratégico do Ministério Público brasileiro, ao qual aderimos em julho de 2020. Neste relatório, consolidamos também um resumo da atuação durante a pandemia da Covid-19, processo histórico que marcou a nossa época. Apresentamos ainda os resultados dos projetos do Plano Geral de Atuação Finalística, instrumento que propõe um trabalho integrado e coordenado em prol do atendimento às demandas sociais prioritárias, em cada segmento de atuação do MPPI.

Disponibilizamos resultados quantitativos e qualitativos, com uma abordagem macro e sistêmica, destacando os efeitos positivos transversais que ressignificaram a estrutura e a atuação do MPPI e beneficiaram efetivamente a população.

Os desafios se converteram em oportunidades para inovação, de modo que incrementamos nossa produtividade e encontramos novos caminhos para a edificação de uma instituição ainda mais resolutiva, eficiente e transformadora da realidade.

Esperamos que o legado destes dois anos frutifique, inscrevendo-se na memória do Ministério Público do Estado do Piauí como uma coletânea de avanços na nossa jornada pela excelência e em prol dos direitos dos cidadãos.

Carmelina Maria Mendes de Moura

Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí



Nosso

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico do MPPI foi o marco da mudança ocorrida nos anos de 2019 para 2020. Passou-se de uma estratégia dividida em áreas de atuação para uma estratégia sistêmica, transversal e multidisciplinar. O Ministério Público do Estado do Piauí aderiu ao Mapa Estratégico Nacional, com foco na mudança de atuação institucional, alinhada ao PGA 2020/2021 com o intuito de atuar na contribuição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), baseados na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, especificamente no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, focados na solução de problemas sociais do Estado objetivando um maior impacto social.

2019

MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO: “Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis a fim de garantir a cidadania plena e o desenvolvimento sustentável.”

VISÃO: “Ser reconhecida como uma instituição autônoma, independente, ativa e eficaz, geradora de impacto na realidade social do Estado do Piauí, acessível ao cidadão, promotora dos direitos fundamentais, da cidadania e dos interesses sociais para as presentes e futuras gerações.”

RETORNO PARA A SOCIEDADE

Defesa dos direitos fundamentais

Impacto na realidade social

Indução de políticas públicas

Diminuição da criminalidade e corrupção

SOCIEDADE

Garantir a cidadania, o direito à educação, a proteção da pessoa idosa e da pessoa com deficiência

Defender os interesses individuais indisponíveis em situação de vulnerabilidade familiar

Zelar pela defesa e proteção do meio ambiente sustentável

Assegurar a defesa do direito do consumidor

Atuar na prevenção e repressão ao crime e no combate ao crime organizado

Assegurar o sistema de saúde pública de qualidade

Combater a improbidade administrativa e defender o patrimônio público

Assegurar o respeito a crianças e adolescentes

Atuar para reduzir a violência doméstica e familiar

Fortalecer o controle externo da atividade policial

PROCESSOS

Melhorar a infraestrutura

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa

Aprimorar a gestão administrativa

Desenvolver a gestão da tecnologia da informação

Obter transparência na gestão administrativa

Fortalecer as alianças estratégicas

Implementar a gestão estratégica

Adequar os recursos tecnológicos

PESSOAS

Aprimorar a integração institucional

Promover o aperfeiçoamento funcional

Valorizar membros e servidores

Adequar o efetivo de membros e servidores

FINANÇAS

Assegurar recursos orçamentários e otimizar sua alocação

Aumentar a captação de recursos extraorçamentários

Obter transparência nos repasses orçamentários

2020



MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

MAPA ESTRATÉGICO NACIONAL

2020-2029



MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis

VALORES

- Resolutividade
- Transparência
- Produtividade
- Inovação
- Cooperação

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público

Aprimorar a efetividade da persecução civil e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas

Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional

Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial

Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social

Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

PROCESSOS INTEGRADORES

Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados

Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários

Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada

Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional

Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho

Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

“ESTRATÉGIA É DIÁLOGO PERMANENTE.”

Acesse o Painel de Resultados dos Encontros

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



MPPI



Ministério Público do Estado do Piauí



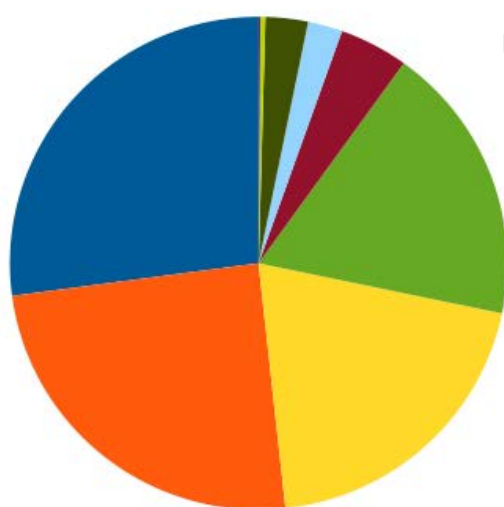
As perspectivas eram positivas, fortalecedoras para uma atuação focada nas demandas sociais de forma transversal, contudo em março de 2020 o cenário foi modificado com a pandemia da COVID-19 e a estratégia teve que ser modificada, começando pelos projetos do **PGA 2020/2021- MPPI Sempre Presente na Defesa da Vida**, que foram modificados e adequados a realidade. O Plano de Atuação Administrativa- PAA, pautado em ações para auxílio a área finalística, também foi modificado, devido às mudanças nas estratégias com a pandemia.

A instituição se reinventou, teve que se adaptar ao novo cenário com atividades realizadas através do teletrabalho, investimento em sistemas de TI que possibilitassem essa nova realidade, treinamento do pessoal e ações de cuidado com as pessoas.

Atendimento

À SOCIEDADE

ouvir para transformar



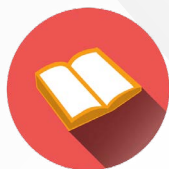
Manifestações recebidas
Diversificando canais de atendimento

FORMULÁRIO ELETRÔNICO	2086
APLICATIVO MPPI CIDADÃO	1893
CHAT ON-LINE	1539
E-MAIL	1410
ATENDIMENTO TELEFÔNICO	345
APLICATIVO MPPI COVID	173
ATENDIMENTO PESSOAL	212
OFÍCIO	25
CORRESPONDÊNCIA ESCRITA	9

NUMEROS DE ATENDIMENTOS SEDC (Sistema Estadual de Defesa do Consumidor)	25.035
MPPI (PROCON ESTADUAL) - SIMP	3.335
SEDC (PROCONS MUNICIPAIS) - SINDEC	21.700
RECLAMAÇÕES - CONSUMIDOR.GOV.BR (DADOS PI)	31.869
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO (DADOS PI)	27.741 = 86,2%
FISCALIZAÇÕES	386
REGISTROS DE ATENDIMENTO VIA TELEFONE	5.114
REGISTROS DE ATENDIMENTOS VIA WHATSAPP	3.851
REGISTROS DE ATENDIMENTOS VIA OUVIDORIA	1.389
AUDIÊNCIAS REALIZADAS – SIMP (Coletivo)	386
ACORDOS OBTIDOS – SIMP (Coletivo)	115
AUDIÊNCIAS REALIZADAS – SINDEC (Individual)	3.950
ACORDO OBTIDOS – SINDEC (Coletivo)	2.471
KMS PERCORRIDOS NO ESTADO	2.681,30km
CIDADES BENEFICIADAS COM O MP EM AÇÃO PROCON ITINERANTE PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS	10
PÚBLICO ALVO ATINGIDO ACESSO À JUSTIÇA	87.037hab
RECLAMAÇÕES NO CONSUMIDOR.GOV.BR (DADOS PI)	31.869
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO (DADOS PI)	27.741 = 86,2%

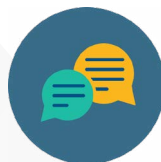
PRODUTIVIDADE

foco e eficiência



38.051

procedimentos
instaurados



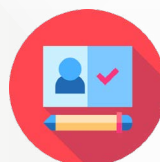
4.748

recomendações
expedidas



1.097

ações civis públicas
ajuizadas



933

acordos de não
persecução penal
celebrados



360

termos de ajustamento
de conduta celebrados



16.153

denúncias
oferecidas



75

acordos de não persecução cível

Enfrentamento do

CRIME ORGANIZADO



segurança para as pessoas e para o patrimônio





OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público

Conclusão do projeto BID (Busca Integrada de Dados) e instituição de comissão para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento

Desenvolvimento e disponibilização da ferramenta de Business Intelligence (BI) “Diagnóstico Situacional – Delegacias de Polícia Civil”

Acesso dos membros do MPPI ao Sistema AMPLO (banco de dados do Instituto de Criminalística)

Impulsionamento de **530 processos judiciais criminais** pelo MPPI, após download de laudos periciais disponibilizados no Sistema AMPLO através do BID

Criação de **Procedimento Operacional Padrão para reconhecimento de pessoas e coisas no âmbito da Polícia Civil** do Estado do Piauí (Portaria Normativa nº 20/2021/PC-PI, expedida pelo Delegado-Geral)

Conclusão do desenvolvimento do perfil PPE PESQUISAS pela equipe técnica do Sinesp, após solicitação do GACEP e aquiescência da SSP-PI, permitindo aos membros do MPPI, **de forma pioneira no Brasil, o acesso ao Sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos (Sinesp PPE)**

Projeto **PericiAR+**: foram adotadas as providências com vistas à não realização de exames periciais desnecessários em armas, munições e acessórios apreendidos relativos a 106 processos judiciais criminais arquivados definitivamente

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas

Aplicativo PRO MULHER – Protocolo Único de Atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar: acesso para 570 profissionais vinculados à rede de proteção às mulheres

Operação para coibir irregularidades fundiárias em área de 2400 hectares ilegalmente desmatada



OBJETIVO ESTRATÉGICO

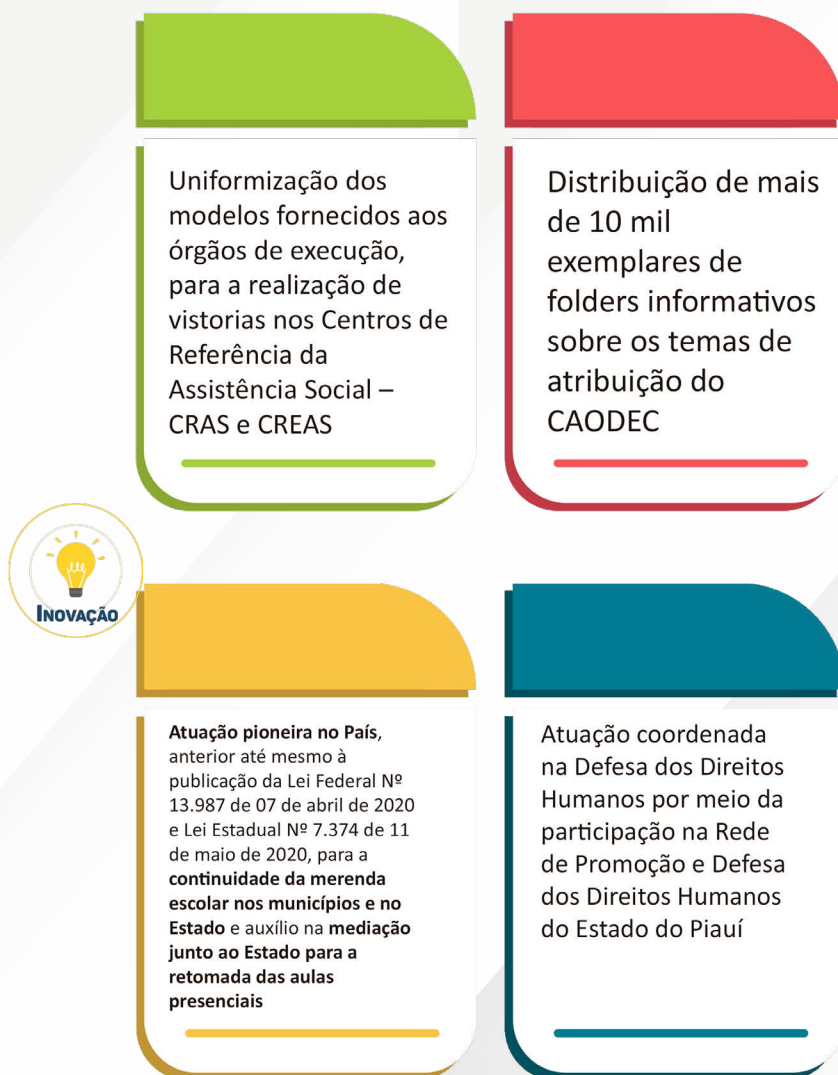
Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional





OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial



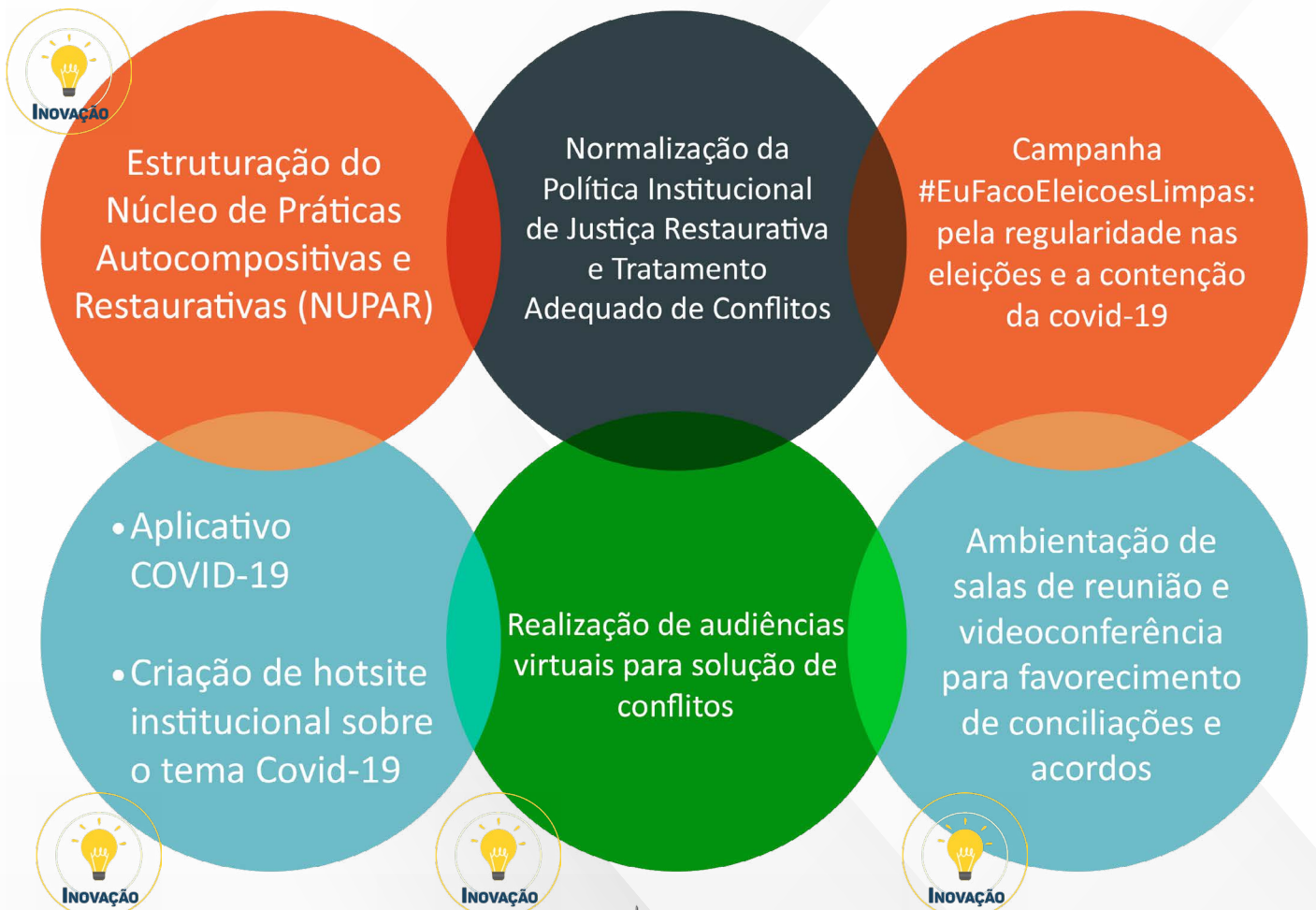
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos,
a implementação de políticas públicas e o controle social



OBJETIVO ESTRATÉGICO

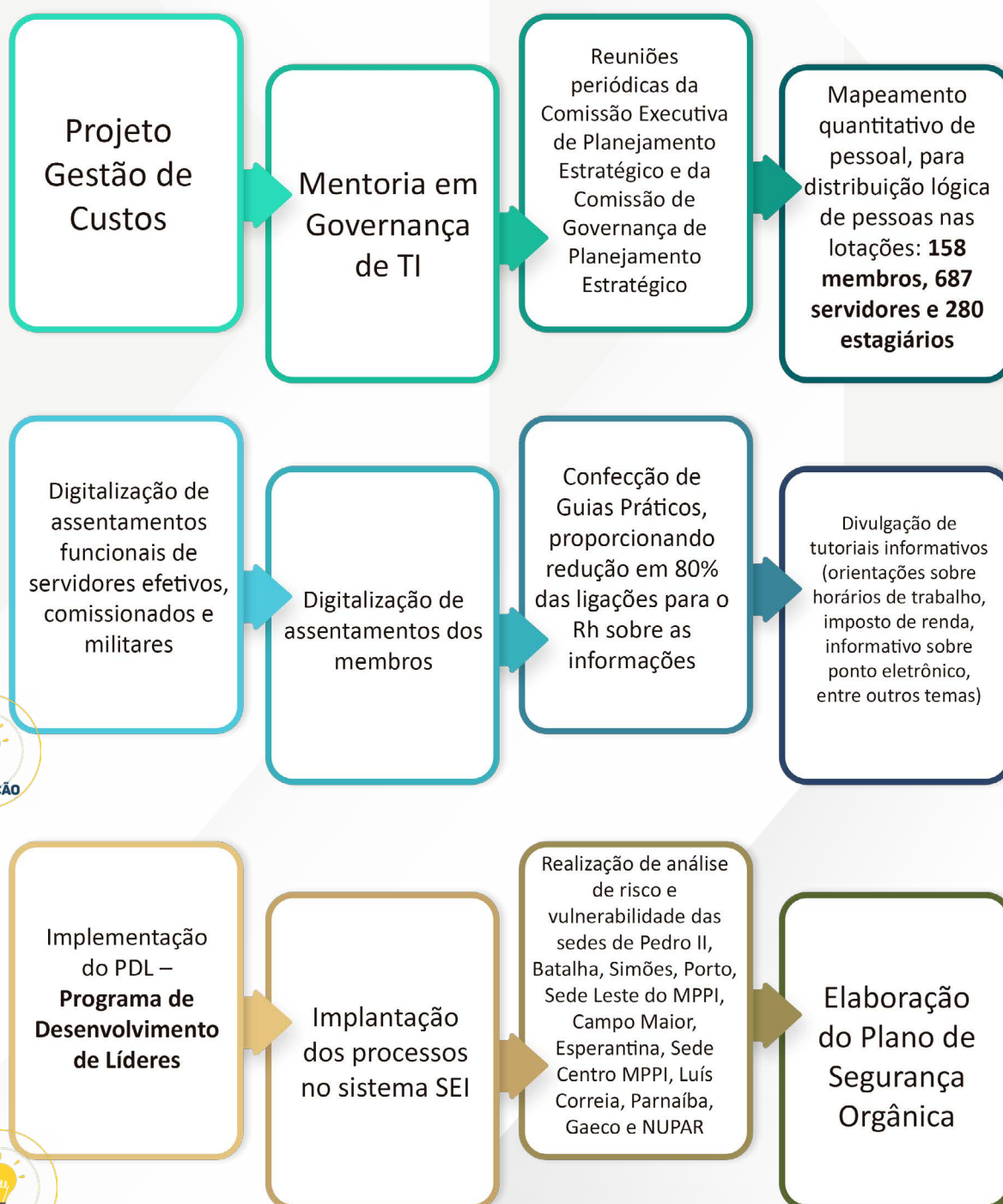
Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos





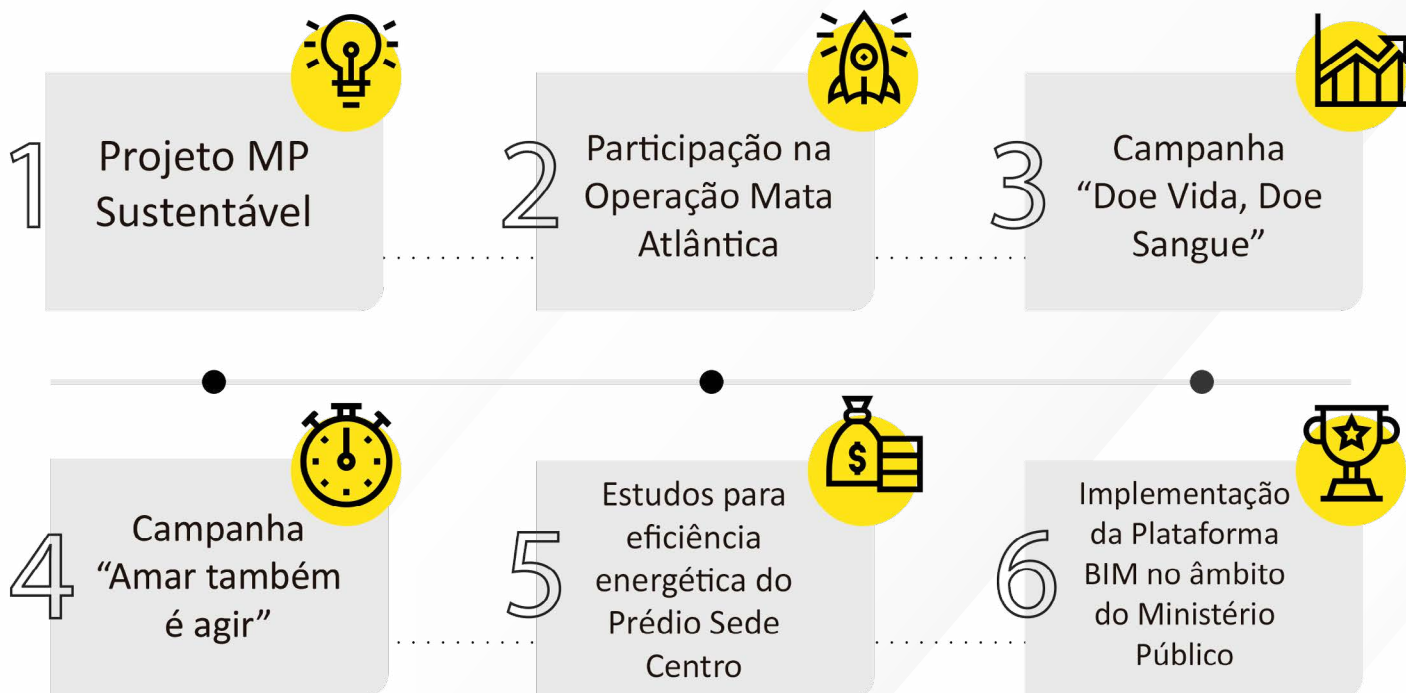
OBJETIVO ESTRATÉGICO

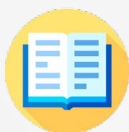
Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados



OBJETIVO ESTRATÉGICO

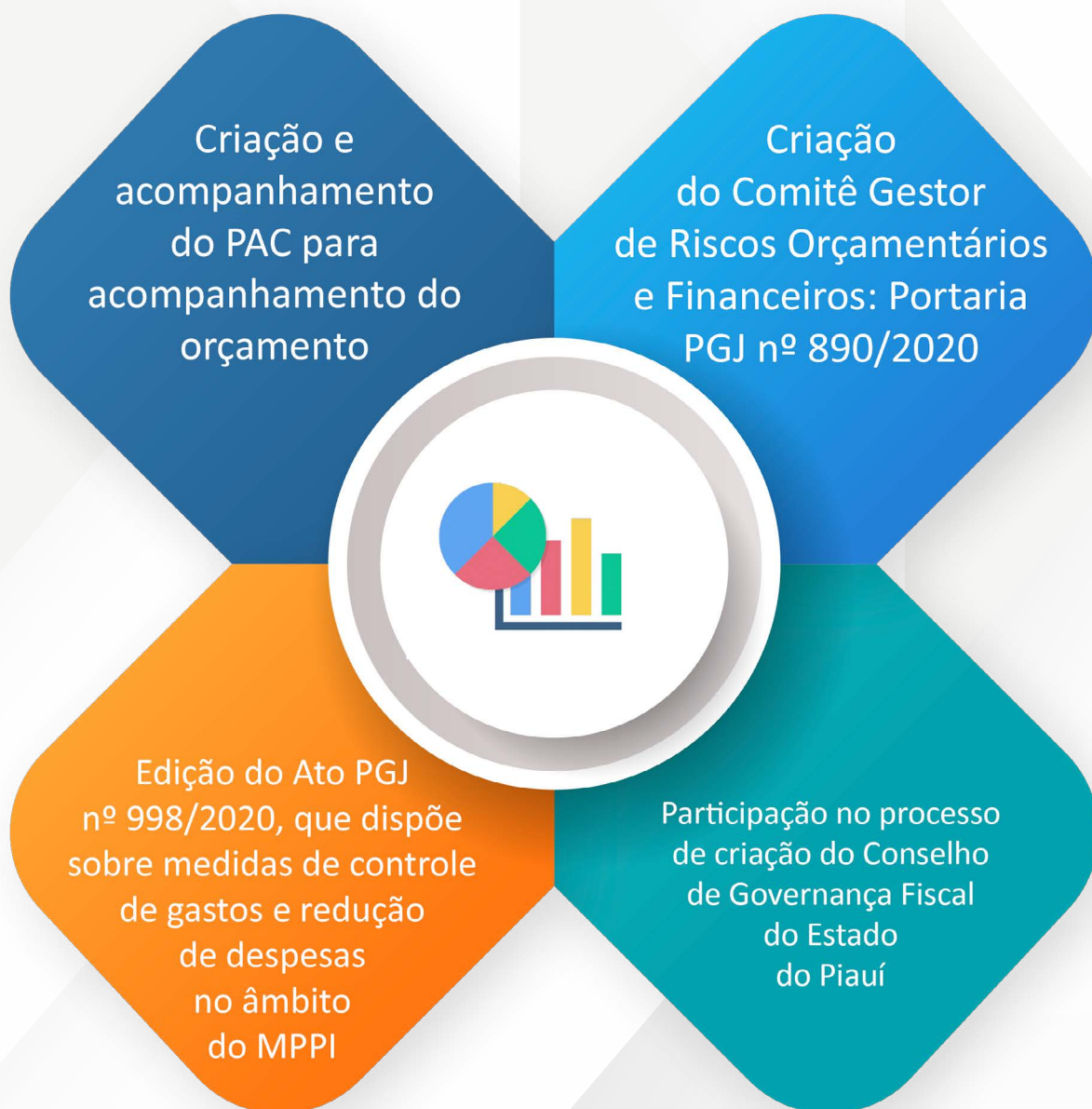
Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação





OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada

Mapeamento
e criação dos fluxos
dos processos

Monitoramento
de 30 Projetos
Institucionais

Cadastro de 18
Projetos no Banco
Nacional de Projetos
do CNMP em 2020 e
16 Projetos em 2021

Elaboração
do plano de
retorno ao
trabalho
presencial

Criação do Gabinete
de Acompanhamento
da COVID-19 - Portaria
PGJ nº 839/202

Criação de Grupos
de trabalho para
implantação do plano
de retorno gradual ao
trabalho presencial

Implantação de 08
(oito) Secretarias
Unificadas e 01 (uma)
Secretaria Regional



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional



2.412

matérias jornalísticas
produzidas



108.281

interações em
postagens nas redes
sociais



1.598

publicações nas
redes sociais



74

edições do programa
televisivo MPTV



27.075

seguidores nas redes
sociais (Instagram,
Facebook e Twitter)



1.400

inscritos no canal
MPPI Oficial,
no YouTube



55

MPTVs em 1 minuto
(versão para mídias sociais
criada pós-pandemia)



2.078

atendimentos
à imprensa



Novo SITE

com informações
mais acessíveis,
intranet e layout
responsivo

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho

264

aulas de
ginástica
laboral

15

serviços
em saúde

112

atendimentos
psicológicos

238

atendimentos
médicos

49

capacitações
e treinamentos
realizado

35

edições do projeto
“Momento de
Equilíbrio”

18

campanhas de
saúde, bem estar
e solidariedade

168

ensaios e
apresentações do
coral Vozes do MP

8.092

participações nos
eventos de saúde e
qualidade de vida

2

grupos de estudo
e pesquisa

47

integrantes do
MPPI contemplados
com bolsas de
pós- graduação

12

edições do
“Encontro com
a Leitura”

31

artigos científicos
publicados na
primeira edição da
**Revista Eletrônica
do MPPI**

144

membros
capacitados

585

servidores
capacitados



INOVAÇÕES

Capacitações com uso de metodologias ativas como a gamificação e storytelling

Elaboração de projetos na área do desenvolvimento humano como: Desligamento humanizado, Integra MPPI para servidores e estagiários

Programas de Treinamentos e ações de desenvolvimento como Projeto Desenvolvimento de Líderes, com objetivo de desenvolver as lideranças do MPPI frente aos desafios contemporâneos

Adaptação do calendário de ações para o formato remoto como: bate papo com especialista de diversas áreas voltadas para o cuidado com a saúde física, mental e espiritual; Reflexões semanais com textos desenvolvidos pelos servidores do MPPI compartilhadas pelo canal intranet; Campanha de doação mensal para angariar cestas básicas para instituições e famílias carentes durante a pandemia

Bibliotecas virtuais/digitais

Interiorização das capacitações, por meio de eventos virtuais [Plataforma teams, canal youtube MPPI e cursos na plataforma moodle], possibilitando uma maior participação dos servidores e membros que atuam no interior

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

Ampliação da estrutura de serviços em nuvem computacional garantindo maior disponibilidade dos serviços de tecnologia da informação, prestadas aos usuários internos e externos

01

Aquisição da plataforma Zênit

02

Sistema para apoio ao processo de promoção de membros realizado pelo CSMP - tornar o processo de promoção mais célere para membros do MP

03

04

Implantação de audiências virtuais na instrução dos procedimentos disciplinares pela Corregedoria Geral, possibilitando a retomada do trâmite regular



Implantação do SEI e desenvolvimento do módulo de peticionamento do externo do SIMP

05

Implantação de correições virtuais pela Corregedoria Geral, possibilitando a aferição do trabalho remoto desenvolvido nas unidades

06

Atualização da geração do DIRF no Athenas - Atender requisitos legais da Receita Federal

07

08

Utilização do Sistema Inova, através de cooperação com o MPSP





CORREGEDORIA-GERAL

32

procedimentos
disciplinares
instaurados

05

sindicâncias

381

correções
extraordinárias

34

inspeções

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

18

sessões
realizadas

09

resoluções
aprovadas

21

processos
conhecidos

02

processos
administrativos

CONSELHO SUPERIOR

2.542

procedimentos
distribuídos

97

editais
publicados

17

movimentações
na carreira

02

resoluções

05

súmulas
aprovadas

29

sessões
ordinárias

07

sessões
extraordinárias

RECONHECIMENTO

motivação para fazer mais e melhor

**MPPI mantém índice de 100%
no cumprimento de critérios de
transparência estabelecidos pelo CNMP**

(análise relativa ao segundo semestre de 2020)

#MPPISempreTransparente



MPPI



Ministério Público
do Estado do Piauí



RADAR ESTRATÉGICO

Questionário 2020 | Ano-base 2019

Instrumento de mensuração do Planejamento Estratégico brasileiro

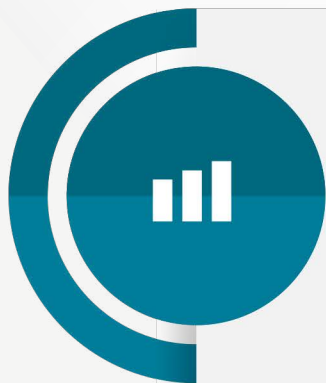


Unidade	Pontuação da Unidade	Análise de Desempenho	
MP/AC	270	100,00%	EXCELENTE
MP/AL	270	100,00%	EXCELENTE
MP/AM	270	100,00%	EXCELENTE
MP/AP	270	100,00%	EXCELENTE
MP/BA	270	100,00%	EXCELENTE
MP/GO	270	100,00%	EXCELENTE
MP/MA	270	100,00%	EXCELENTE
MP/MG	270	100,00%	EXCELENTE
MP/MT	270	100,00%	EXCELENTE
MP/PE	270	100,00%	EXCELENTE
MP/PI	270	100,00%	EXCELENTE
MP/RN	270	100,00%	EXCELENTE
MP/SE	270	100,00%	EXCELENTE
MP/SP	270	100,00%	EXCELENTE
MPOFT	270	100,00%	EXCELENTE
MP/CE	265	98,15%	EXCELENTE
MP/ES	265	98,15%	EXCELENTE
MP/RO	265	98,15%	EXCELENTE
MP/RR	265	98,15%	EXCELENTE
MP/RS	265	98,15%	EXCELENTE
MP/MS	260	96,30%	EXCELENTE
MP/PR	260	96,30%	EXCELENTE
MP/TO	260	96,30%	EXCELENTE
MPM	260	96,30%	EXCELENTE
MP/PB	255	94,44%	ÓTIMO
MP/SC	250	92,59%	ÓTIMO
MPF	250	92,59%	ÓTIMO
MPT	250	92,59%	ÓTIMO
MP/PA	245	90,74%	ÓTIMO
MP/RJ	220	81,48%	BOM

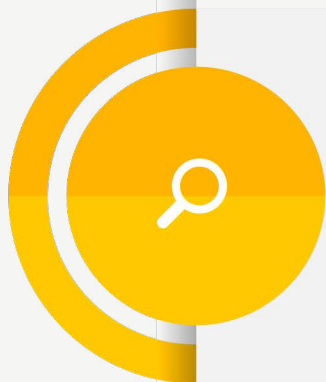
MPPI



Ministério Público
do Estado do Piauí



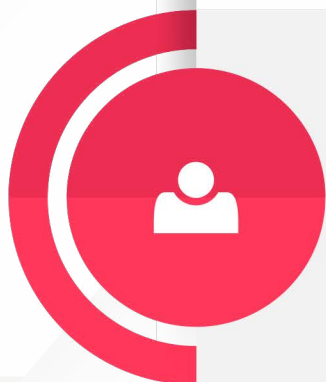
O Projeto **#IssoéDireitoHumano** foi premiado como o melhor projeto em educação em direitos humanos pelo Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos em dezembro de 2019



Atuação do MPPI premiada no IV Seminário Estadual dos Direitos Humanos em dezembro de 2019



3º Lugar no Prêmio CNMP 2019 com o Projeto **A Lei Maria da Penha nas Escolas**: desconstruindo a violência, construindo diálogos



3º Lugar no Prêmio CNMP 2020 com o Projeto **MPPI pela Paz no Trânsito e em Defesa da Vida**

PRINCIPAIS AÇÕES E METAS ALCANÇADAS DO PLANO DE GESTÃO 2019-2021

Linha do tempo após
decretação da pandemia

1

LANÇAMENTO DO PGA 2020-2021, EM 20 DE JANEIRO DE 2020:

11 Projetos institucionais, alinhados ao Programa “MPPI Sempre Presente”, alinhados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável/ODS 16, “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU:

1. MPPI sempre presente para a construção da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos e criação do Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas/NUPAR;
2. MPPI sempre presente para ouvir do cidadão - fomentar a implantação de Ouvidorias municipais no Estado do Piauí;
3. MPPI sempre presente na Transparência das Receitas e Despesas Públicas;
4. MPPI sempre presente na Eficácia da Persecução Penal – ANPP;
5. MPPI sempre presente no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
6. MPPI sempre presente no direito à assistência hospitalar;
7. MPPI sempre presente na garantia do SUAS;
8. MPPI sempre presente na regularização dos Fundos Municipais da Infância e da Adolescência/FIAs;
9. MPPI sempre presente na defesa da segurança pública;
10. MPPI sempre presente na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais; e
11. MPPI sempre presente na fiscalização da qualidade do combustível.

2

ACONTECIMENTOS NO CENÁRIO EXTERNO

- Cenário internacional: o aumento sucessivo do número de casos de contágio humano pelo novo coronavírus, motivaram a Organização Mundial de Saúde/OMS, em 30 de janeiro de 2020, a expedir uma Declaração de Emergência em Saúde Pública.
- Cenário nacional: Portaria nº 188/GM/MS, que emite declaração de emergência em saúde pública.
- Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020: dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, cuja regulamentação e operacionalização foi apresentada na Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério de Estado da Saúde.
- Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro daquele ano.
- CNMP publicou a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020-CES/CNMP/1ª CCR, em 26 de fevereiro de 2020, dispondo sobre a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19).
- Presidente do CNMP publicou a Portaria GIAC-COVID nº 1, em 20 de março de 2020, cria o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Pandemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID-19).
- No Piauí, o Decreto 18.884, de 16 de março de 2020, regulamentou a Lei nº 13.979/2020 e, dentre as diversas medidas, instituiu o Comitê de Gestão de Crise para fins de gestão e acompanhamento da situação de emergência no âmbito estadual, denominado COE. O Ministério Público e outros órgãos externos ao Poder Executivo participam de reuniões do COE ampliado, como convidados.
- Decreto nº 18.895, de 19 de março de 2020, declarou estado de calamidade pública para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, e posteriormente o Decreto nº 18.942, de 16 de abril de 2020, declarou situação de calamidade pública pelo desastre natural em toda extensão territorial do Piauí.

3

MUDANÇA DA ESTRATÉGIA NO MPPI

- Percepção da necessidade de uma atuação integrada e participativa dos diversos órgãos internos, aliada à uma interlocução permanente com os Poderes, os órgãos externos e a sociedade para o enfrentamento das grandes, complexas e desafiadoras questões que se apresentavam, as quais exigiam soluções urgentes.
- **Implantação da Gestão de Riscos**, com descrição das diretrizes básicas para o tratamento e prevenção dos riscos identificados, visando oferecer à gestora os subsídios necessários à tomada de decisões qualificadas.
- Vertente principal de atuação: prevenção, a partir do diálogo interinstitucional, incluindo a realização de reuniões virtuais entre os representantes do MPPI com os Chefes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal, Chefes de outros ramos do MP, Secretários de Estado, representantes de diversos órgãos e entidades.
- Metodologia da gestão de riscos dividida em 05 etapas: 1) mapeamento para identificação dos riscos internos e externos; 2) construção de matriz de riscos; 3) levantamento das medidas de tratamento; 4) elaboração de planos de tratamento de riscos; e 5) monitoramento dos planos.
- Levantaram-se quatro grupos de riscos: 1) atuação finalística; 2) orçamentários e financeiros; 3) tecnologia da informação; e 4) retorno ao trabalho presencial.
- Criação do **Gabinete de Acompanhamento e Prevenção do contágio pelo Coronavírus (COVID-19)** pelas Portarias nº 839, 914 e 1339/2020, cujo perfil foi de um órgão excepcional e vinculado à Procuradoria Geral de Justiça.
- Participantes do Gabinete de Acompanhamento: Carmelina Maria Mendes de Moura, Procuradora-Geral de Justiça, coordenadora; os Subprocuradores de Justiça Institucional, Jurídico e Administrativo; Chefia de Gabinete; Ouvidoria; Coordenadores do CAODS, CAODEC, CACOP, CAOCRIM, CAODIJ, CAOMA, GACEP, GAECO, PROCON, representante da Corregedoria, Coordenadores de Recursos Humanos/CRH, de Comunicação e de Tecnologia de Informação/CTI e os médicos da Instituição (Portarias PGJ nº 839 e 1339/2020).

- Estratégia principal do Gabinete: atuação coordenada com os órgãos auxiliares e de execução do MPPI para acompanhamento das ações realizadas pelos órgãos públicos com atuação na área da saúde, os impactos nas demais áreas, nos níveis estadual e municipal: educação e assistência social, segurança pública e sistema prisional, infância e juventude, defesa do patrimônio público, proteção ao meio ambiente, defesa do consumidor e atendimento ao cidadão.
- Evolução do trabalho do Gabinete de Acompanhamento para integração com ramos do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público de Contas.

- Ato PGJ nº 994/2020, de 13 de março de 2020, definiu medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do MPPI.
- Ato PGJ nº 995/2020, com medidas mais restritivas pelo período de 18 de março a 16 de abril, incluindo a suspensão dos prazos procedimentais, ressalvados aqueles relacionados à pandemia, e a suspensão de visitas, inspeções e reuniões presenciais, inclusive aquelas relacionadas ao Plano Geral de Atuação 2020-2021 e ao Procon Itinerante.
- Adiamento das oficinas de planejamento para construção de um novo Plano Estratégico 2020-2029 do MPPI, agendadas para os dias 02 e 03 de abril de 2020.

- Expansão das estratégias pela Coordenadoria de Comunicação:

1) Comunicação interna: implantação do informativo semanal “Mensagem da PGJ” apresentava informes com os acontecimentos semanais;

2) Comunicação para o público externo: matérias jornalísticas, postagens no Instagram e no canal do Youtube;

3) Programa semanal MPTV foi mantido e inovou-se com uma versão para as mídias sociais desse programa: o MPTV em 1 minuto;

4) Criação de um Hotsite, com a compilação de informações, campanhas, medidas de prevenção da doença, notícias, canais de atendimento, notas técnicas e recomendações ministeriais.

Aumento, em 2020, de 59% dos seguidores no Instagram, possivelmente fruto dos 517 posts no perfil @mppioficial e das 44.763 interações nas postagens, além do registro de 857 atendimentos. O canal MPPI Oficial, no YouTube recebeu 473 novos inscritos.

- Trabalho presencial passou por mudanças em curto espaço de tempo:

1) Ato PGJ nº 995/2020, implantou **dois regimes de trabalho, o rodízio presencial e o teletrabalho**, visando assegurar a regular manutenção e continuidade das atividades ministeriais;

2) Ato PGJ nº 996/2020, possibilitou ao chefe ou responsável pelos setores a implantação exclusiva do regime de teletrabalho;

3) Ato PGJ nº 997/2020 instituiu, em caráter temporário e excepcional, o regime exclusivo de teletrabalho, até o dia 16 de abril de 2020, com o fim de restringir o contato social, prevenir e conter o contágio pela COVID-19, em benefício da saúde pública;

4) A partir do Ato PGJ nº 999/2020 o prazo do teletrabalho foi sendo sucessivamente prorrogado, até a edição do Ato PGJ nº 1022/2020, que disciplinou o retorno gradual ao trabalho presencial. No cenário externo, registrava-se a diminuição de casos, nas estatísticas de contágio.

- O teletrabalho foi possível a partir de incremento nos investimentos de TI pela PGJ, possibilitando à CTI o uso e o desenvolvimento de sistemas hábeis a estruturar e manter o trabalho remoto em toda as unidades e órgãos ministeriais, na Capital e no interior, sob as diretrizes do Comitê de Tecnologia da Informação/CETI.
- Inauguração pela PGJ de 05 salas de videoaudiências e atendimento ao público na sede leste, em 09 de setembro de 2020, em Teresina.
- Criação do **Comitê Gestor de Riscos Orçamentários e Financeiros** (Portarias PGJ nº 890 e 914/2020) para orientar a tomada de decisões qualificadas, a partir de estudos técnicos, análise de dados e projeção de cenários, construídos de forma coletiva e participativa.
- Composição do Comitê: Coordenação da PGJ, Subprocuradores de Justiça Institucional, Jurídico e Administrativo, Assessoria de Planejamento e Gestão, representante do Colégio de Procuradores de Justiça, PROCON-MPPI, Coordenadora do Gabinete de Segurança Institucional, representante da APMP e do SINDSEMP-PI, Controlador Interno, Coordenador de Contabilidade e Finanças, Coordenador de Licitações e Contratos, e um assessor do Gabinete PGJ.
- Ato PGJ nº 998/2020, editado no dia 1º de abril de 2020, que instituiu o **Plano de Contingenciamento de Despesas no âmbito do MPPI**.
- No cenário externo, cogitava-se inicialmente a redução do repasse do duodécimo, conforme expresso no Ofício Circular SEFAZ-PI/GASEC nº 01/2020, Nota Técnica nº 01/2020/GASEC/SEFAZ-PI e Nota Técnica nº 02/2020/GASEC/SEFAZ-PI. Todavia, após tratativas entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, no mês de maio, celebrou-se o histórico Termo de Acordo de Contingenciamento.

- Criação do Comitê Gestor de Riscos de Retorno ao Trabalho Presencial e Grupos de Trabalho, vinculados a esse Comitê (Portarias PGJ/PI nº 1086 e 1087).

O Comitê, sob coordenação da PGJ, congregou a Assessoria de Planejamento e Gestão, Secretaria Geral, Corregedoria Geral, Ouvidoria, PROCON, Direção da sede leste de Teresina, Direção da sede de Floriano e Analista ministerial – Medicina.

Os Grupos de Trabalho foram constituídos por servidores de diversos setores, reunidos nas seguintes áreas temáticas: 1) Normatização; 2) Pessoas; 3) Treinamento, desenvolvimento e inovação; 4) Aquisição e logística; 5) Tecnologia da informação; 6) Comunicação; e 7) Segurança institucional.

- Publicação do Ato PGJ nº 1022/2020, estabelecendo as diretrizes e as medidas para a retomada gradual das atividades presenciais e prevenção de contágio e propagação do novo coronavírus, no âmbito do MPPI.
- Criação de quatro planos para subsidiar o retorno gradual ao trabalho presencial: 1) Plano de Limpeza e Desinfecção; 2) Plano de Manejo de Integrante com Suspeito de COVID-19; 3) Plano de Espaço-Arquitetônico de Biossegurança; e 4) Protocolo de Segurança Sanitária.
- Capacitações precederam o retorno oferecidas pelo Grupo de Trabalho Treinamento, desenvolvimento e inovação, em parceria com o CEAF e GSI.
- Edição de cartilhas: 1) COVID-19, prevenção e orientações; 2) Orientações de Autocuidado e Limpeza do Prédio; 3) Atendimento ao Público; e 4) Motoristas: como limpar o carro e evitar contaminação. Todas disponibilizadas no site do MPPI.
- Estruturação do ambiente físico, a partir do Plano Espaço-Arquitetônico de Biossegurança, elaborado pela Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos, também disponível no site do MPPI.
- Aquisição de máscaras, materiais de limpeza, testes para detecção da COVID-19, barreiras acrílicas, dentre outros equipamentos, os quais foram distribuídos na Capital e no interior.

- **Criação do Grupos Regionais de Promotorias de Justiça Integradas no Acompanhamento da COVID-19**, por intermédio da Resolução CPJ nº 02, de 07 de abril de 2020, pelo Colégio de Procuradores de Justiça/CPJ.
- **Promotorias de Justiça agrupadas em 09 Regionais**, tomando como referência as regiões instituídas pelo Ato PGJ nº 956/2019 e abrangendo os Municípios sedes de Hospitais Regionais: Teresina, Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Picos, Oeiras, Floriano, Bom Jesus e São Raimundo Nonato, integrantes designados pela Portaria PGJ nº 928/2020.
- Modelo preservou a independência funcional de cada Promotor de Justiça, determinando uma composição do Grupo por, no mínimo, 03 membros, com a designação de um deles para a coordenação dos trabalhos, os quais recebiam auxílio dos Centros de Apoio Operacional/CAOs e GACEP.
- Diretriz oferecida para atuação integrada, distribuída em **05 eixos temáticos**: Sistema Único de Saúde/SUS, unidades de saúde integrantes da rede definida para o atendimento da COVID-19, EPIs, estruturação, medicamentos e insumos, bem como efeitos no meio ambiente; Saúde Suplementar e relações de consumo, insumos e questões consumeristas; Patrimônio público, acompanhamento, juntamente com instituições de controle, da aplicação dos recursos, e observância à legislação de Direito Público e Eleitoral; Assistência e educação, assistência aos idosos, infância, população vulnerável, com foco no fluxo dos Municípios e outras questões; e Segurança pública e sistema prisional.
- Grupo Regional de Teresina, considerando tratar-se da Capital e pela densidade populacional, recebeu um modelo diferenciado, com a criação de um Grupo para cada desses eixos temáticos.
- Regimento Interno, instituído pelo Ato PGJ nº 1001, de 20 de abril de 2020, construído de forma participativa e colaborativa.

- **Criação de 05 secretarias remotas**, por intermédio das Portarias nº 947 e 964/2020, **para auxílio aos Grupo Regionais**, designando-se para atuação servidores de diferentes órgãos da Capital e do interior.
- Secretarias consolidaram o **trabalho remoto, sem fronteiras**, articulado em torno do propósito de assegurar maior celeridade no atendimento das demandas urgentes. A título de exemplo, servidores lotados no Núcleo de Promotorias de Justiça de Corrente, passaram a contribuir para os trabalhos do Grupo Regional de Promotorias Integradas de Bom Jesus, situada a uma distância de aproximadamente 240 quilômetros.
- Realização de **inspeções virtuais conjuntas**, a princípio nos serviços e órgãos administrativos de saúde pública e conveniados ao SUS, posteriormente expandidas para outras temáticas, como idoso e infância e adolescência.
- Inspeções virtuais foram viabilizadas pela parceria entre o MPPI, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Registre-se que a primeira inspeção virtual foi realizada no dia 27 de junho de 2020, no Hospital Justino Luz, na cidade de Picos.
- A parceria com a Delegacia Geral da Polícia Civil, por intermédio do Instituto de Criminalística do Estado do Piauí/IML, possibilitou o acesso pelos integrantes do MPPI aos dados do Sistema Informatizado de Acompanhamento e Medição de Perícias e Laudos Oficiais/AMPLO, pertencente a esse Instituto, garantindo mais celeridade na apreciação dos inquéritos policiais.
- Criação do **Grupo de Apoio Provisório aos Promotores Eleitorais/GAPPE**, por meio do Ato PGJ nº 1029/2020, sob Coordenação do CACOP e integrado pelo CAOCRIM, Secretaria Geral, Subprocuradoria de Justiça Administrativa, Ouvidoria, GAECO e Coordenadoria de Comunicação Social, com o intuito de apoiar os membros com atuação eleitoral.
- Ao final dos trabalhos, o Grupo encerrou com êxito suas atividades, totalizando 920 atividades de apoio aos Promotores Eleitorais e contribuindo para o fortalecimento da democracia e promoção da cidadania.
- Criação da **Rede de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor** (Ato Conjunto PGJ/PROCON/MPPI nº 04/2020), que promovendo a integração regional e coordenada na defesa consumerista nas regiões de Teresina, Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Picos, Oeiras, Floriano, Corrente e São Raimundo Nonato.

- Instituição de audiências virtuais no âmbito do Procon (Ato Conjunto PGJ/PROCON/MPPI nº 01/2020)
- Fiscalizações presenciais pelo PROCON durante o ano de 2020, além da ampliação do atendimento ao público pelo WhatsApp, aumentando o número de linhas disponíveis.
- Organizou dois manuais para otimizar a atuação em matéria consumerista: Manual de Atendimento ao Público e Manual de Atuação para Promotorias de Justiça.

- Instituição do **Sistema de Deliberação Remota/SDR** pelos Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução CPJ/PI nº 01, de abril de 2020) e Conselho Superior do Ministério Público (Resolução CSMP nº 01, de 05 de junho de 2020), que proporcionou a realização de sessões plenárias virtuais, públicas e transmitidas simultaneamente, disponibilizadas pelos canais de mídia institucionais.
- Implantação de **sessões telepresenciais pela JURCON** (Resolução – JURCON nº 01/2020), conferindo maior eficiência e resolutividade aos trabalhos.
- Instituição e regulamentação do **uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares** (Resolução CPJ/PI nº 05, de 17 de agosto de 2020), inovando na comunicação de atos praticados em procedimentos extrajudiciais no âmbito do MPPI.
- Aquisição de aparelhos celulares para as secretarias unificadas e assessorias das Promotorias de Justiça, proporcionando celeridade e maior resolutividade às demandas.
- Regulamentação do Acordo de Não Persecução Cível/ANPC (Resolução CPJ/PI nº 04, de 17 de agosto de 2020), envolvendo hipóteses configuradoras de improbidade administrativa.

7**CORREGEDORIA GERAL DO MPPI**

realizando correições, inspeções e audiências virtuais, agregando, assim, o trabalho remoto para a plena continuidade das suas atividades.

8**FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA DO MPPI**

com a criação de novos canais de atendimento ao público, com incremento de mais 4 meios de acesso e atendimento do cidadão, notadamente: o aplicativo MPPI COVID-19, para denúncias e reclamações em face dos órgãos públicos no combate à pandemia, e o WhatsApp, o que resultou no incremento de 75% de sua atuação perante a sociedade piauiense.

9**CELEBRAÇÃO DO DIA DO MPPI**

Celebração dos 129 anos do Ministério Público do Estado do Piauí no dia 27 de maio de 2020, com lançamento do Hino Oficial de MPPI, na interpretação do Coral Vozes do MP, com letra de Shaianna da Costa Araújo e Thiago Pereira E Silva e música do maestro Raimundo Aurélio Melo, exaltando a atuação do MPPI na defesa dos direitos humanos e da democracia. Além de palestra proferida pela professora e filósofa Lúcia Helena Galvão, integrante da organização internacional Nova Acrópole, sobre o tema “Sentido e Qualidade de Vida”.

- 1) Adesão ao Mapa Estratégico Nacional do Ministério Público, em cerimônia realizada no dia 17/07/2020, por videoconferência e transmitida ao vivo pelo canal oficial do YouTube, contando com a participação do Conselheiro Sebastião Caixeta, presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público-CPE/CNMP, e outros representantes dessa Comissão.
- 2. Atualização dos projetos do PGA 2020-2021.
- 3. Instituição da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos e criação do Núcleo de Prática Autocompositivas e Restaurativas/NUPAR (Ato PGJ nº 1021/2020).

- Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/CEAF inovou com a oferta de capacitações e treinamentos on line, assegurando a acessibilidade por meio da participação de intérprete de libras, com a regionalização de alguns eventos. As estatísticas demonstram que 75,4% dos membros e 68,8% dos servidores da Instituição participaram de algum evento durante esse ano.
- As parcerias foram fortalecidas, a exemplo da cooperação técnica com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte/MPRN e o Instituto Rui Barbosa.
- Criação do projeto “Encontro com a Leitura” reuniu participantes uma vez por mês, com apresentação de 7 livros, no decorrer de 2020, utilizando a plataforma teams.

- O MPPI atingiu 100% de aproveitamento e mantendo-se no topo do “Transparen-tômetro do CNMP”.
- O MPPI também obteve nota máxima no Radar Estratégico relativo ao ano de 2020, atingindo o desempenho de 100% e o conceito “excelente”.
- O projeto “Ministério Público pela paz no trânsito e em defesa da vida” conquistou o terceiro lugar no Prêmio CNMP 2020, na categoria “Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional”. A execução desse projeto foi iniciada em 2016, sob coordenação da Procuradoria Geral de Justiça, articulada internamente com a Ouvidoria, Centros de Apoio Operacional, PROCON, Promotorias de Justiça, e, externamente, com o Governo do Estado, Poder Judiciário, Município, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Associação de Prefeitos Municipais, Departamento de Trânsito, Defensoria Pública, CIPTRANS, STRANS, SEDUC, Ministério Público do Trabalho e outros órgãos.

- ocorrido no dia 02 de dezembro e, em respeito ao membro ministerial, foram adiadas as comemorações pelo Dia do Ministério Público, agendadas para 14 de dezembro, que incluíam a entrega de diversos prêmios e da Insígnia do Mérito do MPPI – Procurador de Justiça Darcy Fontenelle de Araújo.

- Calendário de atividade do Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho/SQVT reformulado e adaptado ao ambiente remoto.

- Projetos adequados ao ambiente remoto: Coral “Vozes do MP”, Ginástica laboral, Momento de Equilíbrio e Setembro Amarelo. Este último, manteve o lema “Eu me importo com você”, e adequou a programação do “Dia D” para o plantio de mudas de ipês no jardim da sede leste do MPPI de Teresina, além da distribuição de sementes de girassóis e camisetas.

- Criação de novos projetos:

1. SQVT em Casa: com uma programação especial desenvolvida diariamente, incluindo os finais de semana, mediante o envio de mensagens edificantes pelo WhatsApp e e-mail institucional.

2. Bate Papo com Especialistas e Rodas de Conversa: diálogos em temáticas diversas, todas relacionadas à qualidade de vida no trabalho, com convidados do próprio MPPI ou externos.

3. Atendimento Psicológico *On Line*: escuta e aconselhamento por intermédio da plataforma *teams*, beneficiando integrantes e estagiários, mediante prévio agendamento.

4. Campanha “Amar Também é Agir” visa atender à saúde social de integrantes do MPPI, consistindo na arrecadação mensal de doações, mediante desconto em folha de pagamento, em benefício de entidades filantrópicas, de Teresina e do interior do Estado. Tais entidades são escolhidas mediante indicação e votação dos integrantes do MPPI, por intermédio da plataforma *Forms*.

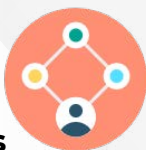
5. Produção e publicação pela Assessoria em Psicologia do MPPI de vídeos em temáticas motivacionais e três cartilhas na temática de saúde de qualidade de vida: Guia Prático para Controlar a Ansiedade; Guia Prático para a Comunicação Não Violenta; e Guia Prático para a Síndrome de *Burnout*. Todas estão disponíveis no site da Instituição.

- 303.205 movimentações em processos judiciais e procedimentos extrajudiciais da área fim, registrado no SIMP.
- 3.595 procedimentos instaurados pelos órgãos de execução.
- 3.588 recomendações expedidas.
- 463 ações civis públicas propostas.
- 411 acordos de não persecução penal/ANPPs celebrados, com captação de R\$ 234.236,16.
- 149 termos de ajustamento de condutas celebrados.
- 41 notas técnico-jurídicas elaboradas pelos órgãos auxiliares, sobre temas relacionados à pandemia.
- 15 inspeções virtuais realizadas.
- 377 Conselheiros Tutelares capacitados no formato EAD de forma unificada.
- 1.200 profissionais capacitados sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 320 pessoas capacitadas sobre judicialização da saúde.
- 5.328 atores do processo educacional capacitados durante a pandemia.
- 72 Municípios piauienses com Centro de Referência estruturados para a pandemia.
- 3.535 escolas alcançadas, em 52 Município, pelos planos de reorganização dos calendários escolares.

Nossos

PROJETOS

objetivos e resultados



NUPAR

Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas

Objetivo

O Projeto tem o objetivo de normatizar no âmbito institucional a Política de Justiça Restaurativa de Autocomposição e acompanhar a criação, instalação e início das atividades do Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR no Ministério Público do Estado do Piauí.

Resultados

1

Publicação do Ato PGJ 1021/20

- Institui, no âmbito do MPPI, a Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos, e cria o Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas (NUPAR)

2

**Estruturação e
ambientação do
espaço físico do
NUPAR**

MPPI SEMPRE PRESENTE PARA OUVIR O CIDADÃO

Objetivo

Fomentar a implantação de ouvidorias municipais no Estado do Piauí, para que sejam utilizadas como ferramentas de gestão dos municípios, tornando-se interlocutores junto à sociedade.

Resultado

Termo de compromisso assinado pelos gestores municipais



MPPI SEMPRE PRESENTE NA TRANSPARÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS

Objetivo

Prevenir Irregularidades Administrativas nas Receitas e Despesas Públicas dos Poderes Executivos dos Municípios e do Estado do Piauí, fiscalizando e induzindo Políticas Públicas de Aprimoramento dos Portais de Transparência dos Poderes Municipais e Estadual.

Resultados

187

portais/COVID-19
criados

Apoio à instrução de procedimentos administrativos instaurados pelas Promotorias de Justiça e Grupos Regionais, para **acompanhamento da aplicação dos recursos públicos destinados ao combate à COVID-19**

Criação do Portal **“Painel COVID-19”**, pelo TCE/PI, para acompanhamento simultâneo das receitas e despesas para o combate à COVID-19, facilitando o controle social e a transparência

MPPI SEMPRE PRESENTE NA EFICÁCIA DA PERSECUÇÃO PENAL — ANPP

Objetivo

Implantação e consolidação dos acordos de não persecução penal no âmbito do MPPI.

Resultados

Aprimoramento,
**economia de
tempo e de
recursos públicos**
na atuação das
instituições e
profissionais
envolvidos na
persecução penal

Elaboração do
**Manual do
Acordo de Não
Persecução
Penal**

904

Acordos de
Não Persecução
Penal (ANPPs),
propostos pelo
MPPI

R\$ 582.175,33

recolhidos em
prestações
pecuniárias, com
restituições às
vítimas de crimes

1.285

horas semanais
de prestação de
serviço
comunitário

Garantia às
vítimas e, por
consequência,
à sociedade, de
uma **atuação
mais eficaz,
célere e justa**

PRO MULHER

PROTOCOLO ÚNICO DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Objetivo

Facilitar o fluxo de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Resultados



Reconhecimento
do fluxo de
atendimento

01



Criação do
Aplicativo
Pró-Mulher

02

MPPI SEMPRE PRESENTE NO DIREITO À ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Objetivo

Fomentar a melhoria da assistência à saúde nos Hospitais Regionais situados no interior do Estado e, nos Hospitais de Referência para a COVID-19, sitos na capital do Estado do Piauí, por meio da ampliação da capacidade de atendimento, da qualificação da assistência à saúde e da implantação de novos serviços.

Resultados

15 inspeções
virtuais

26 reuniões com secretários,
gestores e órgãos de controle

181 novos leitos de UTI
adulto COVID-19

04 leitos de UTI pediátricos
COVID-19

204 leitos clínicos
adultos

18 leitos clínicos
pediátricos

04 leitos de suporte
ventilatório

07 leitos de estabilização

Conclusão de reformas na estrutura física dos
Hospitais Regionais de Picos, Piripiri e Floriano

Ampliação da capacidade de atendimento dos hospitais regionais, aumento da resolutividade com a implantação de novos serviços, ampliação da estrutura física, contratação de recursos humanos

Sugestão da implantação de Grupos Integrados de Promotorias de Justiça Regionais, criadas, por meio da Portaria PGJ nº 928/2020 e Resolução CSMP nº 02/2020

Elaboração de tutorias para acompanhamento e fomento de cada ação sanitária a ser observada nos hospitais

Criação de fluxos específicos nos hospitais para prestar atendimento às pessoas com sintomas da Covid-19

Disponibilização de vídeos das inspeções virtuais e das reuniões para o conhecimento da sociedade e fortalecimento do controle social

Incremento da atuação dos Promotores de Justiça em saúde pública

Criação do Gabinete de Acompanhamento Covid: Portaria PGJ nº 839/2020

Criação dos grupos de trabalho para implantação do plano de retorno gradual ao trabalho presencial

Qualificação dos membros na matéria sanitária e conhecimento do SUS

Maior integração entre os ramos do MP, principalmente, com o MPT, sobretudo no incremento da estrutura de pessoal e fornecimento adequado de EPIS

MPPI SEMPRE PRESENTE NA GARANTIA DO SUAS

Objetivo

Garantir a estruturação, organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme a legislação vigente no País.

Resultados

Uniformização dos modelos fornecidos aos órgãos de execução, para a realização de vistorias nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e CREAS

Elaboração e disponibilização do manual de execução do Projeto

MPPI SEMPRE PRESENTE NA REGULARIZAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIAS

Objetivo

Fomentar a regularização dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência (FIAs), possibilitando aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Resultados

224

municípios tiveram acesso ao E-book - Cartilha de Orientação aos Municípios para a implantação do FIA

35

fundos municipais regulares no imposto de renda 2020/2021

R\$ 383.631,90

captados para os fundos piauienses (Estado e Municípios)

105

procedimentos administrativos instaurados pelas Promotorias para acompanhar a regularização do FIA, beneficiando mais de 100 municípios piauiense

Realização de **Webinar MPPI Sempre Presente na regularização do FIA** e 03 Oficinas Virtuais de Implantação e Regularização dos Fundos da Infância e Adolescência (março a abril de 2021), com mais de 2.000 visualizações no Youtube

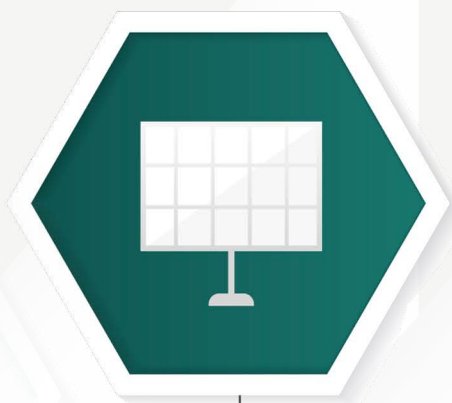
Lançamento da Campanha **Acreditar, doar e gerar oportunidades** (Alcance nas redes sociais: YouTube – 2175 visualizações; Instagram: 5889 pessoas alcançadas)

MPPI SEMPRE PRESENTE NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS

Objetivo

Prevenir e combater as queimadas e incêndios florestais no Estado do Piauí, com ênfase da diminuição dos focos de calor.

Resultados



14,5%
de redução
no número de
focos de calor
ativos



04
brigadas de
incêndio no
Estado do
Piauí

MPPI SEMPRE PRESENTE NA FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DO COMBUSTÍVEL

Objetivo

Contornar com segurança os problemas de possível adulteração de combustíveis (gasolina, diesel, etanol e biocombustível) na Capital e no interior do Estado do Piauí.

Resultado

Van para análise da qualidade do combustível adquirida.



MPPI SEMPRE PRESENTE NA DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo

Aperfeiçoar o controle externo da atividade policial mediante visitas técnicas efetivas e resolutivas.

Resultados

Software de
banco de dados
criado e
implantado

Fluxo
procedimental
criado e
funcionando

Melhoria na estrutura
física e material e
aprimorar de gestão de
pessoal das unidades
policiais e militares
através da efetividade e
resolutiva das referidas
visitas técnicas

Equipe

Carmelina Maria Mendes de Moura

Procuradora-Geral de Justiça

Luís Francisco Ribeiro

Corregedor-Geral do MPPI

Martha Celina de Oliveira Nunes

Subprocuradora-Geral de Justiça Institucional

Cleandro Alves de Moura

Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico

Leonardo Fonseca Rodrigues

Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo

Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando

Ouvidora do MPPI

Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes

Chefe de Gabinete da PGJ/Assessora de Planejamento e Gestão

Raquel do Socorro Macêdo Galvão

Secretária-Geral

Teresinha de Jesus Marques

Diretora-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Nivaldo Ribeiro

Coordenador-Geral do Programa
de Proteção e Defesa do Consumidor

Luana Azerêdo Alves

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
às Promotorias de Justiça Criminais

Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate
à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público

Flávia Gomes Cordeiro

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Defesa da Educação e da Cidadania

Francisca Sílvia da Silva Reis

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Defesa da Infância e da Juventude

Ednolia Evangelista de Almeida

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Defesa do Meio Ambiente

Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra

Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Defesa da Saúde

Débora Geane Aguiar Aragão

Coordenadora do Grupo de Atuação Especial
de Combate ao Crime Organizado

Fabília Barbosa de Oliveira

Coordenadora do Grupo de Atuação Especial
de Controle Externo da Atividade Policial

Maurício Gomes de Souza

Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Regularização
Fundiária e Combate à Grilagem

Francisco Mariano Araújo Filho

Controlador Interno

Marcílio de Oliveira Silva

Coordenador de Apoio Administrativo

Edigar Nogueira Brandão Neto

Coordenador de Comunicação Social

Dênis Rodrigues de Lima

Coordenador de Contabilidade e Finanças

Afrânio Oliveira da Silva

Coordenador de Licitações e Contratos Administrativos

Thyago José Pereira Januário

Coordenador de Perícias e Pareceres Técnicos

Rosângela da Silva Santana

Coordenadora de Recursos Humanos

Marcos Maciel Martins Brito

Coordenador de Tecnologia da Informação



Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Álvaro Mendes, 2294, Centro,
Teresina-PI, CEP 64000 060
(86) 3194 8700 | pgj@mppi.mp.br
www.mppi.mp.br

